

REGIME DE EXPLOTAÇÃO DA TERRA NO NORDESTE. UMA TENTATIVA DE EXPRESSÃO CARTOGRÁFICA

ROBERTO LOBATO CORRÊA

No estudo de geografia agrária relativo a uma área, faz-se mister conhecer e interpretar a sua estrutura agrária, ou seja, o regime fundiário, o regime de exploração e a modalidade do tipo de cultivo. Essas relações entre o homem e a terra refletem a organização do espaço rural, organização na qual entram em jogo diversos fatores, físicos, econômicos, históricos e culturais. Elas não são dissociadas, mas, ao contrário, cada uma depende da outra, formando uma trindade coesa e homogênea, que resulta na própria estrutura agrária.

Dessas relações entre o homem e a terra, procuraremos tratar aqui o regime de exploração, ou seja, as relações “jurídicas e sociais (GEORGE, 1956) entre aquele que possui a terra e aquele ou aqueles que nela trabalham. Esta relação, regime de exploração, estreitamente ligada às duas outras é o resultado, num determinado momento, de todos os fatores que influem para a organização daquele espaço rural. Ela varia no tempo e no espaço de acordo com a ação de forças que modificam não só o regime de exploração mas toda a estrutura agrária. No Nordeste esta relação tem variado de área para área nestes 4 séculos e meio, mas, apesar de tudo, permanece essencialmente a mesma.

Costuma-se classificar o regime de exploração em duas formas, a direta e a indireta. No primeiro caso, enquadra-se o pequeno proprietário que com sua família e com empregados temporários explora o seu estabelecimento. Também constitui uma forma dita direta, o caso do grande proprietário, absenteísta ou não, que dirige ele próprio ou através de administrador, um estabelecimento, com emprego de elevada mão-de-obra assalariada. No segundo caso, de regime indireto, a exploração do estabelecimento é feita diretamente por outros que não sejam os proprietários, e constitui o arrendamento, onde o locatário para um determinado aluguel pelo uso da terra, ou a parceria, onde há repartição entre o parceiro e o proprietário de todas as fases de trabalho agrícola, inclusive os lucros. Necessário dizer que esse esquema toma formas sutis no Nordeste, sutileza que desce a um emaranhado de formas, que variam de lugar para lugar e que criam um vasto vocabulário regional.

Na prática, o censo adota uma simplificação. Engloba todas as formas de assalariamento que inclui o proletariado rural, os “moradores”

de condição e de sujeição. Aquêles que dirigiam direta ou indiretamente um estabelecimento, pequeno proprietário ou rendeiro, sem assalariados, foram enquadrados como não-remunerados. Aquêles que dividiam com o dono das terras as responsabilidades de produção foram enquadrados como parceiros, a não ser quando eram responsáveis pelo estabelecimento.

Para êste trabalho usamos o diagrama triangular no qual, para cada município são figuradas simultâneamente as porcentagens de assalariados, parceiros e não-remunerados. Concentrações se evidenciaram no triângulo, onde um dos três elementos predominava, ou onde entravam em proporção idêntica. É esta distribuição dos elementos do regime de exploração que procuraremos analisar.

ÁREAS DE PREDOMINÂNCIA DE ASSALARIADOS

Áreas de predominância de assalariados na faixa úmida agrícola do litoral oriental.

Acompanhando o litoral oriental nordestino, desde o Rio Grande do Norte até a Bahia, encontra-se uma faixa onde predomina o regime de exploração com assalariados. É nesta zona úmida, coberta com vegetação de mata que foram introduzidos os produtos valorizados, que necessitavam de grande mão-de-obra, sendo geralmente beneficiados nos próprios estabelecimentos. Nesta zona litorânea domina a *plantation*.

A cana-de-açúcar, o cacau e o côco são os principais produtos, cada um em sua área ocupando sôzinhos a terra. Estas culturas necessitam de elevados capitais e de muita mão-de-obra, fazendo com que grande parte da população rural viva submetida a salários pagos pelo senhor da terra. O regime fundiário apóia-se em grandes estabelecimentos, que têm suas bases históricas no primeiro século de colonização, na doação de sesmarias.

1. Zona canavieira

Em importância social e econômica ocupa o primeiro lugar a lavoura canavieira, que encontrou na zona da mata pernambucana condições ideais para o seu desenvolvimento. Desta região partem para o norte e para o sul outras áreas canavieiras, de menor intensidade, e mais descontínuas que atingem o rio Ceará-Mirim no Rio Grande do Norte e ao sul o Recôncavo Baiano.

Na mata pernambucana, desde o século XVI a cana-de-açúcar foi introduzida e espalhou-se por tôda a região florestal. O clima quente de estações chuvosa e seca alternadas, com totais pluviométricos elevados, férteis solos de várzea, densa rede de drenagens indispensável para a agro-indústria e para os transportes, possibilitaram aquela cultura.

Também a posição, próxima dos centros consumidores, a valorização do produto e a anterior experiência lusa, justificaram a introdução da gramínea, (LACERDA DE MELO, 1958).

Para o trabalho na *plantation* introduziu-se um regime compulsório, mas em fins do século XIX dois fatos vieram modificar profundamente o regime de exploração. O primeiro foi a Abolição e o segundo, a passagem da fase do engenho bangüê para a fase da usina. Esta, com novas necessidades, veio mesmo a alterar a nova condição dos antigos escravos. Muitos, após a Abolição, se haviam tornado “moradores de sujeição”, forma de assalariado, com direito a uma pequena área de lavoura de subsistência onde trabalhavam no inverno, dando porém 2-3 dias por semana de serviço no canavial, e todos os dias no verão, período seco, quando se realiza a safra. Com a expansão da usina, englobando engenhos que passaram a ser de “fogo morto”, as terras dos “moradores de sujeição” foram sendo progressivamente ocupadas com canaviais. A terra valorizou-se, pois a usina possuía condições técnicas e financeiras para produzir mais, e necessitava de maiores áreas. Os canaviais passaram a ocupar tôdas as terras adequadas, espalhando-se, mesmo, pelas encostas e chãs cristalinas, que se viram despojadas das culturas de subsistência dos “moradores de sujeição”. Também as “sobras” de terras cultivadas por “moradores” e pequenos proprietários foram englobadas pelas usinas. Aquela ampla classe de trabalhadores que, apesar da dependência à atividade canavieira, tinham certa liberdade de cultivar a sua “roça”, passou a constituir uma classe maior e única, de proletários rurais, que vivem cada vez mais de salários pagos pela usina e já não contam, como complemento, com a venda dos excedentes de sua pequena lavoura (LACERDA DE MELLO, 1958 B).

Isto é válido para tôdas as áreas açucareiras, porém na mata úmida pernambucana, drenada pelos rios Una e seu afluente Jacuípe, pelo Sirinhaém e seu afluente Camarajibe, pelo Ipojuca, pelo Pirapama, Jaboatão e Capibaribe, onde as condições naturais são as mais propícias à cana, a predominância de assalariados é mais acentuada. Barreiros tem 96,8% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais na categoria de assalariados, Catende tem 97,7%, Gameleira 99,6% e Ribeirão 99,3%. Apenas os municípios mais afastados do litoral, como Quipapá, Maraial e Bonito apresentam índices menores, porém acima de 60%. A porcentagem da área de cana na área de lavouras é menor que aquêles municípios anteriores, 34,6%, 45,8% e 18,8% respectivamente, enquanto naqueles, Catende e Ribeirão, a área de cana atinge 63,8% e 94,1% respectivamente. Em compensação, a lavoura de café, em Bonito, ultrapassa porcentualmente em área a de cana, 36,4%. Localiza-se num esporão da Borborema, possuindo características de brejo. Também o regime fundiário apresenta-se com menores estabelecimentos, se compararmos com aquêles municípios, 37,5 ha, 95,4 ha e 32,1 ha, respectivamente. Estes estabelecimentos são explotados também por rendeiros e pequenos proprietários, fazendo com que o assalariamento seja menor.

Também na parte central e norte da mata pernambucana reina a cana-de-açúcar, mas não com tanta intensidade. O mapa de LACERDA DE MELO (1958) mostra que a presença de usinas diminui em direção ao norte, concentrando-se na bacia do Goiana. Esta área centro e norte não é mais domínio da mata úmida mas da mata seca. Os totais pluviométricos abaixam-se rapidamente, como se o agreste se aproximasse do litoral. Também os terrenos da série Barreiras avançam cerca de 25 quilômetros para o interior (ANDRADE M. C. 1959) gerando solos de chá de qualidade inferior. Outras culturas aparecem gerando nova estrutura agrária e utilização da terra mais complexa. Apenas os municípios de Goiana, Nazaré da Mata, Aliança e Também acusam altos índices de assalariados. Macaparana, Vicência e Timbaúba possuem ao lado da cana, culturas agrestinas ou de brejo, como o café, a agave, o algodão e gêneros alimentícios, o que de certo modo explica os índices mais baixos. Macaparana situada no contacto com o agreste apresenta-se com 35,5% de sua área de lavouras cobertas com cafèzais, enquanto a da cana é de apenas 19% da área total. Compare-se este índice com 94,1% de Ribeirão, 97,2% de Palmares, 94,9% de Água Preta, 63,8% de Catende com o de Macaparana, ou de Vicência, 29,5%, Timbaúba 31,5%, estes na mata seca e aqueles na mata úmida. Mesmo Goiana, com três usinas, apresenta apenas 49,1% da área de lavouras com cana, mas a elevada produção de côco deste município faz com que se eleve mais o índice de assalariados.

A presença daquelas culturas agrestinas ou de brejo, café e algodão, modifica toda a estrutura agrária. Assim, na mata seca, encontramos para Macaparana 27,1 ha como área média dos estabelecimentos, 38,7 ha para Vicência, 59,1 ha para Timbaúba, 121 ha para Aliança, em contraste com os 326,2 ha de Barreiros, 237,9 ha de Catende, 551,4 ha de Moreno e até 200,6 ha de Gameleira, estes na mata úmida. Aquêles estabelecimentos dos municípios da mata seca são explotados por pequenos proprietários ou por rendeiros que alugam a terra com a condição de dar a "sôlta" no verão para o gado (VALVERDE, 1960). É pois, a mata seca, uma região canavieira, com predominância de assalariados, mas não tão intensamente, quanto na mata úmida; havendo mesmo características agrestinas, as quais incluem também o regime de exploração de não-remunerados.

Também nas áreas ligadas por rodovia asfaltada ao Recife, esta modificação é sentida, pois, junto à rodovia desenvolvem-se loteamentos, às vezes de características urbanas, mas que aumentam ainda mais a porcentagem de não-assalariados (COSTA Y. M. 1960). É o caso de Carpina e Paulista, onde, na primeira, a área média de estabelecimento é de apenas 11,9 ha, e a segunda acha-se dentro da área de expansão urbana de Recife. Também Vitória de Santo Antão nos limites do agreste, apresenta-se com características daquela região, sendo sua área média de estabelecimentos igual a 9,65 ha.

Como resultado da atividade canavieira, do regime de exploração dependente daquela atividade, a pequena oferta e trabalho devido às condições climáticas e institucionais que limitam a meio ano o período de trabalho nesta região da mata pernambucana, há sérios problemas sócio-econômicos. Apenas no verão, período da safra, há necessidade abundante de mão-de-obra, que em boa parte é fornecida por agrestinos, os “corumbas”, que após a colheita de suas pequenas lavouras descem para a mata, onde se assalariam. Em Barreiros esta mão-de-obra temporária chega a 68,2% do pessoal total assalariado durante todo o ano, em Ribeirão a 85,5%, em Goiana a 38% e em Cabo a 53,6%. A instabilidade sócio-econômica, gerada pelas condições de trabalho na lavoura canavieira, provoca migrações do campo para a cidade, sobretudo para Recife. Neste particular, salienta a mata seca, onde os bangüês ainda existentes não comportam maiores atividades agrárias (LACERDA DE MELO, 1961 A).

Na faixa litorânea, ao norte da mata pernambucana, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, a cultura canavieira não encontrou as mesmas condições físicas favoráveis para o seu desenvolvimento. Já se faz sentir uma certa aridez e os solos não são tão úmidos. Apenas as várzeas dos rios que descem da Borborema, dissecando as chãs e os tabuleiros arenosos ofereceram, desde os primórdios da colonização, terras férteis para a lavoura canavieira. Nas chãs arenosas outras culturas tomam lugar. Esta mudança já é sentida mesmo na bacia do Goiana em Pernambuco. Em função da menor possibilidade de extensão das lavouras de cana, surgem outras culturas, outros regimes fundiários e, conseqüentemente, outro regime de exploração, mas predominam ainda os assalariados que trabalham nos canaviais instalados nos vales.

Nas várzeas do Paraíba do Norte, do Mamanguape, e secundariamente do Miriri, o povoamento e a ocupação se fez em função da cana-de-açúcar, como também nos rios Una e Inhobim. As chãs arenosas foram ocupadas com outras lavouras ou com a criação.

Em Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, municípios drenados pelo Paraíba do Norte, a lavoura canavieira realça mais. A presença de férteis várzeas do Paraíba possibilitou que eles tivessem 64,6% e 45,1% da área total de lavouras ocupados com aquela gramínea. Pouco a montante de Cruz do Espírito Santo, surgem as condições agrestinas e em Sapê e Pilar, a área de algodão é superior à da cana e alguns engenhos chegam, mesmo, a moer cana e descaroçar algodão (OSÓRIO G. 1959). A monocultura canavieira restringe-se apenas à várzea quaternária, enquanto nas chãs os “moradores de sujeição” exploram pequenas áreas dedicadas à subsistência.

No vale do Mamanguape, no município homônimo, apenas 5,3% da área de lavouras são dedicados à cultura canavieira e, fora da várzea, apenas nos poucos trechos cristalinos e, mesmo assim, com irrigação e adubação (ANDRADE M. C. 1957). Também nas interfluviais cultivava-se algodão, agave e culturas de subsistência dos “moradores de sujeição”.

A própria área com agave é superior, em Mamanguape, à área da cana, contando apenas com 6,4% da área total.

A zona da mata paraibana, menos úmida e com chuvas torrenciais e irregulares, com amplas áreas arenosas e poucas várzeas amplas nunca se tornou uma área canavieira comparável à mata pernambucana. Também a importância desta sempre foi um fator de limitação para a cana na Paraíba. Afora Santa Rita com 86,9%, Cruz do Espírito Santo e Mamanguape possuem apenas, respectivamente 64,4% e 36,2% do pessoal total como assalariados. Apenas quatro usinas, 3 no Paraíba do Norte e 1 no Mamanguape, contrastam com o elevado número de usinas em Pernambuco. Segundo ANDRADE M. C. (1957) a usina Monte Alegre, única no baixo Mamanguape tende a expandir-se, o que fará com que áreas de outras lavouras cedam lugar à cana, e “moradores de sujeição” tornem-se proletariados rurais.

No Rio Grande do Norte as condições de maior aridez fazem com que a gramínea se restrinja a poucas várzeas, sobretudo a do médio baixo Ceará-Mirim. Neste trecho o rio é alimentado por fontes que surgem do contacto entre o arenito Barreiras e o cretáceo sotopostos. São os “olheiros” que fazem com que o rio seja permanente, correndo durante todo o ano (OSÓRIO G. 1957). Nas várzeas do Maxaranguape, Jacu, Traiú, Ururá, Curimatari e Cunhaú, a cana tem expressão secundária. Enquanto no Ceará-Mirim há 3 usinas que moem as canas adubadas do Maxaranguape, ao sul daquele rio, há apenas uma, a de Estivas, no vale do Jacu (VALVERDE, 1953). No município de Ceará-Mirim, a área com cana abrange 54,6% da área total, e em Arez, onde está a usina Estivas, apenas 24,2%. Em Touros, as áreas de algodão e agave ultrapassam a de cana, que é inexpressiva. A área média dos estabelecimentos do litoral oriental potiguar, à exceção de Natal, é inferior a 100 ha, mostrando que a cana não é tão monopolizadora. A cultura do côco toma certa expressão, permitindo que os assalariados desta cultura, “moradores de sujeição”, no conjunto tenham enorme expressão, sem, contudo, atingir índices do sul da mata pernambucana. As culturas de “cereais”, dos “moradores de sujeição”, de pequenos sitiantes, às vezes proprietários, rendeiros e parceiros (VALVERDE, 1953) não permitem que haja índices elevados de assalariados que, no entanto, devido à cana, ao côco, e à agave em Touros, têm predominância.

Em Alagoas e Sergipe, nas áreas de vegetação de mata, a cana-de-açúcar ainda é o elemento principal e em função delas organizou-se o espaço rural. Contudo esta lavoura nunca se comparou à mata pernambucana, pois as condições físicas, solos e clima, não o possibilitaram. Os rios que descem de Borborema possuem várzeas menos amplas e os solos das chãs nos baixos cursos são formados do arenito Barreiras.

A lavoura canavieira desenvolveu-se nas várzeas do Manguaba, Camarajibe, Santo Antônio Grande e sobretudo do Mundaú e Paraíba do Meio (DIÉGUES, 1949), e apenas em fímbrias dos vales do São Miguel, Jiquiá e Cururipe.

Nos municípios drenados pelo Mundaú e seu afluente Satuba, e pelo Paraíba do Meio e seus afluentes Paraibinha e Porangaba, rios com amplas várzeas, encontramos o coração da área canavieira alagoana. Assim, Murici e Rio Largo na bacia do Mundaú, Capela e Atalaia na do Paraíba do Meio, apresentam os mais altos índices de assalariados, respectivamente 87,8%, e 91,3%, 91,9%, 87,7%, sendo a área da lavoura de cana correspondente a 70,4% em Atalaia e 73,9% em Rio Largo. Viçosa, no vale do Paraíba do Meio, possui apenas 10,4% da área com cana, pois a montante, o rio se apresenta encaixado. Também Passo do Camarajibe e São Luís do Quitunde possuem índices superiores a 90% de assalariados. Se bem que a área de cana seja em torno de 50%, a cultura do côco nestes municípios justifica os elevados índices.

Em União dos Palmares, no vale do Mundaú, ainda na mata alagoana, a área de cana é de apenas 15,5% da área total e a área média dos estabelecimentos é de 10,3 ha. Esta pequena área média dos estabelecimentos mais justifica a presença de apenas 27,6% de assalariados.

No vale do Cururipe, apenas a várzea é ocupada com cana-de-açúcar, que no município homônimo atinge apenas a 28,5% da área total e o índice de assalariados de pouco ultrapassa a metade total de pessoas do setor primário.

É bem verdade que, em tôda a orla oceânica de Alagoas, a cultura do côco feita nas extensas praias oceânicas e ao longo das rias dos “rios do açúcar” mantém o índice elevado de assalariados.

A zona canavieira sergipana restringe-se a uma pequena área conhecida como Cotingüiba. As várzeas do Sergipe e do Japaratuba são ocupadas por esta lavoura.

Os municípios da zona central, Carmópolis, Laranjeiras e Maruim distinguem-se com índices de assalariados superiores a 80%, possuindo respectivamente 70,4%, 64,3% e 88,6% de suas áreas de lavoura com a gramínea. Esta zona canavieira acha-se em decadência, havendo mesmo substituição de canaviais por pastagens. As usinas não se comparam às de Alagoas e muito menos às de Pernambuco, e a grande maioria tem produção inferior a 50 000 sacos de açúcar por ano, com baixos rendimentos. Esta área, Contigüiba, passa por uma transformação, onde apenas as maiores usinas subsistem, enquanto as menores fecham e em suas terras, desenvolvem-se pastos para engorda de gado.

Junto à fronteira baiana surge outra área canavieira de pequena expressão, drenada pelos rios Guararema, Aritiquiba e Indiaroba. Em Santa Luzia do Itanhi a área de cana ocupa 71,3% da área de lavouras, o que lhe dá semelhante índice na participação de assalariados. Juntando-se a esta área, na Bahia, o município de Esplanada, no baixo Itapicuru, tem também atividade usineira (usina Altamira).

Vale ressaltar que neste litoral sergipano a cultura do côco e, mais recentemente, a engorda de gado que também emprega assalariados proporcionam uma predominância de assalariados, sempre superior a 50%.

Praticamente isolada da faixa litorânea canavieira do Nordeste, o Recôncavo Baiano forma também uma outra mancha onde predominam os assalariados ligados a outra zona canavieira. Os rios tiveram ainda aqui o papel de organizar nas suas várzeas estas lavouras. As várzeas dos principais rios desempenharam o mesmo papel que aquelas existentes no do Nordeste tradicional. Entre elas salientam-se as do “Sergi, Traripe e a dos altos cursos do Joanes, do Jacuípe e do médio Pojuca” (KELLER e DOMINGUES, 1958). Nesta área onde se instalou a cana, os bangüês permanecem ao lado das usinas que atualmente se concentram, sobretudo, nos municípios de São Francisco do Conde de Santo Amaro, fazendo com que no primeiro o índice de assalariados, “moradores de sujeição”, atinja 94,3% e em Santo Amaro 60,2%. A lavoura de cana ocupa nestes municípios, respectivamente 84,6% e 90,2% da área total de lavouras. Também em São Sebastião do Pacé o índice ultrapassa 70% e a área ocupada pela lavoura da cana aproxima-se dos 80% da área total.

Convém ressaltar que a atividade canavieira se acha aí em lenta regressão. Também se verifica a substituição por pastagens, como também a exploração de lenha para as usinas, em áreas onde anteriormente havia cana-de-açúcar. (FREITAS N. R. 1961).

Em Mata de São João, município de solos impróprios para a cana, a predominância de assalariados deve-se aos carvoeiros que exploram restos de matas e capoeiras, tendo em troca o direito de ter a sua “roça” de mandioca (KELLER e DOMINGUES, 1958).

2. Zona produtora de côco

Acompanhando o litoral nordestino em toda sua extensão há uma faixa formada por sedimentos arenosos de praias, que ora formam estreita fimbria ora formam longas faixas. Aliado a este fato edáfico, impróprio para outras culturas, e ao clima de estações alternadas, instalou-se a cultura do côco, gerando uma paisagem característica que antecede a zona canavieira ou a zona dos tabuleiros. Também em alguns tabuleiros esta cultura encontra condições favoráveis nos solos arenosos e formaram-se trechos com cocais.

Havendo faixas de cocais praticamente em toda orla litorânea, contudo, é nos municípios do litoral norte da Bahia, Conde, Esplanada e Jandaíra, do litoral sergipano e alagoano que a cultura mais se salienta. Sendo uma cultura de rendimento a longo prazo (5-7 anos para a primeira safra), há necessidade de ter-se certo capital para esperar a fase produtiva. O regime fundiário é dos grandes estabelecimentos e em função desses fatores a mão-de-obra usada é assalariada, categoria que, nos municípios do litoral nordestino agrupa os “moradores de sujeição” e o proletariado rural, formando a grande massa da população agrária. Em Conde e Jandaíra é sobretudo a cultura do côco responsável por estes elevados índices, que ultrapassam os 50%.

Apesar de ser permitida em alguns lugares a cultura de gêneros alimentícios intercalados com os pés de côco, enquanto estes não produzem, a situação social e econômica do assalariado do côco é das mais baixas.

3. Zona cacaueira e de gado

Fazendo parte da faixa úmida litorânea, ao sul do Recôncavo surge uma outra área onde os assalariados formam a maior parte da população rural, sem contudo atingir índices tão elevados como na zona canavieira. Na verdade, aqui não é a cana o produto rei, mas um outro que leva ao mesmo regime de exploração. As condições climáticas não permitiram que a cultura canavieira fôsse aí instalada com êxito, pois, nesta região as cotas pluviométricas são desfavoráveis como também a sua distribuição, resultado da superposição das chuvas de verão e de outono-inverno. Aqui é a cultura do cacau que, desde fins do século XVIII paulatinamente ocupou as várzeas quartenárias dos rios que descem para o Atlântico, e posteriormente também as encostas e os interfluviais cristalinos. Cultura iniciada com trabalho familiar, com a sua valorização passou a haver uma concentração fundiária, que levaria ao assalariamento (KELLER e DOMINGUES, 1958). Contudo, dominam ainda estabelecimentos, em média, inferiores a 100 ha.

Em alguns municípios o cacau atinge elevados índices percentuais, 66,1% da área de lavouras em Itabuna, 64,9% em Ipiaú, 66,4% em Maraú, 70,7% em Itacaré e 74,3% em Ilhéus. Estes municípios coincidem com a área cristalina que avança até ao oceano, e possuidores, por isso, de solos melhores. A exceção de Maraú, possuem os maiores índices de assalariados, que trabalham nos estabelecimentos cacaueiros mas que não ultrapassa os 80%, devido à existência de também pequenos estabelecimentos onde a exploração é familiar. Entre os assalariados distingue-se o "contratista", aquele que, com sua família, avança pela mata, antecedendo a frente de povoamento, instalando as novas culturas de cacau (KELLER e DOMINGUES, 1958).

Esta área também se assemelha a toda a zona litorânea, no que diz respeito à instabilidade da mão-de-obra. Sendo o cacau uma cultura que necessita de muita mão-de-obra durante uma curta fase, há sertes, mesmo de áreas remotas que para lá se dirigem na ocasião dos trabalhos da colheita e seagem. Por outro lado, mesmo dentro da própria região há um deslocamento da mão-de-obra assalariada que, à procura de melhores salários, traslada-se, ano após ano, de estabelecimento em estabelecimento.

A região do extremo sul, compreendida pelos municípios de Alcobça, Caravelas, Mucuri, Pôrto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabralia é também cacaueira, porém, esta cultura tem aí menor significação entre as atividades agrárias, nunca ultrapassando os 20% da área de lavoura. Apesar de predominarem estabelecimentos maiores que na

zona cacauzeira dominam amplamente os não-remunerados, cujos índices ultrapassam sempre 70%.

Como se fôsse uma cunha que na zona cacauzeira penetrasse para o sertão, subindo para o interior, em área centralizada em 1950 pelo município de Itambé surge uma outra mancha de predominância de assalariados. É uma área de povoamento recente, valorizada pela pecuária. O cacau não encontra suficiente umidade para aí instalar-se, por isso, apenas 5,8% das áreas de lavoura são ocupadas com aquele produto. Trata-se de uma zona florestal onde a mata vem sendo destruída para instalação de pastagens, precedidas por lavouras de subsistência. É uma área onde a valorização do gado para corte, agiu como o principal elemento para a organização do quadro agrário, formado de grandes estabelecimentos de criação. Itambé com 372,9 ha de área média com predomínio de assalariados. A presença de pequenos estabelecimentos dedicados a culturas de subsistência contrabalança a estrutura social, fazendo com que o índice de assalariados de pouco ultrapasse os 50%.

Esta frente pioneira do sul da Bahia centralizada pelo atual município de Itapetinga, em 1950 distrito de Itambé, ao contrário das outras que existem no país, baseia-se em moldes da faixa litorânea, com grandes e médios estabelecimentos, com mão-de-obra assalariada, e com um produto agora valorizado, o gado, o que lhe dá o direito de ser incluída nesta primeira zona litorânea agrícola com predominância de assalariados, diferenciando-se do sertão tradicionalmente pecuarista.

Áreas de predominância de assalariados nos brejos e nas serras

1. Os brejos paraibanos e pernambucanos

Os brejos constituem pequenas áreas isoladas em Pernambuco, ou uma única área na Paraíba, situadas em partes elevadas da encosta da Borborema profundamente dissecadas pelos rios que drenam para o Atlântico. A ação dos alísios favorecida pelo relevo provoca ainda quantidade de chuvas satisfatória, a que se liga uma vegetação primitiva florestal. A ocupação humana dessas áreas faz-se em função de alguns tipos de lavoura, de produtos também valorizados: cana, café e agave, "culturas de rico" (LACERDA DE MELO, 1958), e também gêneros alimentícios e algodão, "culturas de pobre" (idem).

O regime fundiário diferencia-se da zona úmida litorânea. No brejo da Paraíba a área média dos estabelecimentos é inferior a 50 ha, e não existe aí a *plantation* moderna mas apenas formas arcaicas na elaboração final da produção (VALVERDE, 1955), expressas, não pela usina mas ainda por bangüês. A exceção da agave, a produção destina-se a suprir, o mercado interno local, de café, rapadura e aguardente.

Apesar dessas diferenciações no uso da terra, e na organização fundiária o regime de exploração predominante é ainda o de assalaria-

dos. Estes trabalham nas “culturas de rico”, que exigem capital e tempo para a primeira safra. Sobressaem na Paraíba, Alagoa Grande com 87,5%, Alagoa Nova com 50,9% e Areia com 67,1% de assalariados. Coube à cana-de-açúcar criar nestes municípios a predominância de “moradores de sujeição”, cuja condição perdurou até recentemente, devido à permanência dos bangüês. O “morador” trabalha nos canaviais que ocupam os fundos dos vales, tendo alguns dias por semana para cuidar de suas culturas situadas na encosta. A área da gramínea ocupa porções ponderáveis da superfície de lavoura; 20,5% em Caiçara, 16,8% em Alagoa Nova, 30,2% em Areia e provavelmente mais em Alagoa Grande que conta com uma pequena usina, a de Tanques e possui 87,5% de assalariados. Estes nos outros municípios concentram 60,6%, 50,9% e 67,1%.

A partir de 1940 um novo produto, a agave, foi introduzida e, com ela, o regime de exploração vigente acentuou-se. As encostas ocupadas por culturas de subsistência dos “moradores de sujeição” e rendeiros foram reservadas para a agave, cuja exploração seria dirigida pelo senhor de engenho. Também alguns velhos cafèzais foram substituídos pelo novo produto-rei, que, junto com a cana na várzea formava a paisagem regional. Os rendeiros foram rebaixados a assalariados ou mudaram-se para outras regiões, e os “moradores de sujeição” perderam suas terras de lavoura e tornaram-se proletários rurais.

A área da agave atinge 16,2% da área de lavouras em Caiçara, 10,8% em Alagoa Nova e 53,7% em Areia.

A semelhança do litoral o brejo paraibano recebe mão-de-obra suplementar no verão, quando se verifica a safra e é o próprio agreste que fornece este contingente.

Em Pernambuco, os brejos formam áreas isoladas.

O brejo centralizado por Garanhuns é o mais importante, como também é o maior. Corresponde aos municípios de Garanhuns, Correntes, Bom Conselho, Angelim, Palmerina e Canhotinho. Semelhante ao brejo de Camocim, é o café a principal cultura, a qual ocupa porcentagens ponderáveis; 16,8% em Garanhuns, 15,0% em Correntes, 18,8% em Bom Conselho, 5,6% em Angelim, 25,4 em Palmerina e 13,9 em Canhotinho. Esta lavoura ocupa as partes outrora cobertas pela mata, sendo plantado em pequenos e médios estabelecimentos, nas chãs onde a erosão é menor (PETRONE 1961), e também se destina ao consumo regional. A área cafeicultora é aquela voltada para a direção dos ventos úmidos, distinguindo-se entre elas o distrito de Brejões. A predominância aparente de não assalariados esconde a realidade, pois, é comum a complementação por partes dos pequenos proprietários em estabelecimentos de café (PETRONE, 1961). É amplo o vocabulário local na distinção dos assalariados, “diaristas” “catadeira”, “empreiteiro” e a forma predominante, de “moradores” que dá a “condição” no cafèzal para ter direito a casa e a uma pequena área de lavoura.

A semelhança da zona da mata há migrações sazonais para a colheita de café, migrações de que o próprio agreste é o fornecedor.

Em Canhotinho, limite com a mata, aparece a cana com 24,3% da área de lavouras, fazendo com que o índice de assalariados ultrapasse os 50%.

Salienta também Camocim de São Félix, em 1950 distrito de Bezerras, que possui áreas de caatinga e de mata. No brejo de Camocim de São Félix a cultura dominante é a do café, que ocupava em 1950, 24,1% da área de lavouras de todo o município de Bezerras. Provavelmente no minúsculo atual município de Camocim de São Félix deverá ocupar maior porcentagem. O café destina-se ao mercado regional, sendo cultivado em pequenos e médios estabelecimentos, sombreados com cajueiros, por onde sobem pimenteiras. (LACERDA DE MELO E ANDRADE M. C. 1960). Esta cultura exige mão-de-obra relativamente numerosa que é nos maiores estabelecimentos formada por "moradores de sujeição" que dão três dias por semana e têm direito a casa, por trabalhadores não residentes e mesmo por pequenos proprietários dos arredores que complementam a sua renda como assalariados.

Esta predominância de assalariados acha-se encoberta pelo conjunto que possui não-remunerados (rendeiros e pequenos proprietários) nas áreas mais secas, e o índice de assalariados atinge 34,1% do total. A área média municipal é de 8,44 ha, incluindo estabelecimentos na caatinga. O censo de 1960 deverá esclarecer melhor estes aspectos.

Não possuindo características físicas de brejo, mas de agreste, há um município, Pesqueira, onde predominam os assalariados. Neste município eles ultrapassam 50%, e pela sua predominância, como também, pelo tipo de uso da terra, o enquadrámos dentro das áreas de brejo, apesar de a serra de Ororobá modificar em alguns trechos as condições naturais. Situa-se aí um singular estabelecimento que se dedica ao cultivo do tomate visando a sua industrialização. Em função da sua presença a área média dos estabelecimentos é superior à média agrestina.

Ainda em Pernambuco encontramos um outro brejo de altitude, devido à presença da serra da Baixa Verde.

As chuvas aí atingem 1 000 mm permitindo que a cultura canavieira fosse instalada em Triunfo (16,5% da área de lavouras). Apesar de dominarem amplamente os minifúndios, 4,1% ha de área média e de serem explotados por pequenos proprietários, há necessidade, na safra de mão-de-obra complementar, fornecida pelo sertão. Apesar de dominarem numericamente os não-remunerados, há "moradores" e "diaristas" nos maiores estabelecimentos e nêles os pequenos proprietários e rendeiros complementam a sua renda empregando-se como assalariados. Há elevado número de assalariados que deixam de ser registrados, pela instabilidade do trabalho, e pela superposição de categorias.

Como área de brejo típica, a cana destina-se à produção de rapadura para abastecer o sertão.

2. O Cariri cearense *

No sul do Ceará encontramos uma área mais úmida, com maior densidade de população que o sertão e tendo na agricultura a sua principal atividade. A presença de um relêvo provocando maiores precipitações, relêvo êste constituído por uma chapada residual permeável, sobreposta ao cristalino, justifica a atividade agrícola no sopé da chapada, onde a água aflora nos "olhos d'água", enquanto no tópo predomina largamente o criatório. A própria malha municipal é mais estreita, como também o é a malha fundiária, esta sobretudo ao norte da chapada, para onde se escoam a água infiltrada. A cana-de-açúcar instalou-se ao longo dos rios alimentados pelos "olhos d'água" citados, e ocupa 49,1% das áreas de lavoura em Barbalha, 15,2% em Missão Velha e 11,8% em Crato. O regime de exploração é o assalariado, na forma de "moradores de sujeição", que possuem o direito de cultivar alimentos nas terras impróprias para a gramínea, os "ariscos", situados nas encostas dos vales. Em alguns municípios a frequência de assalariados alcança e ultrapassa os 50% como em Barbalho, Brejo Santo, Jardim, Juazeiro do Norte e Missão Velha, municípios produtores de rapadura.

Esta região ao norte da chapada do Araripe, conhecida como Cariri, possui ainda cultura de algodão arbóreo, cultura que se estende pelas chãs. É a meação que caracteriza esta cultura, tendo o meeiro o direito de explorar culturas intercalares de alimentos nos dois primeiros anos, também no mesmo sistema. Alguns municípios possuem relativa porcentagem de parceiros, 25,7% em Crato, 19,7% em Juazeiro e 12,7% em Mauriti. Também no tópo da chapada a parceria (sorte 4:1) é que caracteriza o criatório. Os pequenos proprietários formam uma boa parcela do pessoal do setor primário, mas, como nas outras áreas úmidas, é o assalariamento que predomina.

3. A região serrana de Baturité

Ao norte do Ceará surge uma serra cristalina onde as maiores precipitações e a vegetação florestal primitiva lhe conferem caráter de brejo. Nestas condições, as culturas típicas dos brejos, café, cana e fruteiras foram aí introduzidas, visando atender a mercados regionais.

Como no Cariri, as malhas municipal e fundiária são mais estreitas, como também é maior a densidade de população. Mas ao contrário daquela área, a agricultura na serra do Baturité é a única atividade rural.

Predominam largamente os assalariados que trabalham nas propriedades dos sitiantes produtores de café. Assim, Pacoti, município cafeeiro possui 79,1% do pessoal ocupado como assalariado e os demais

* Baseado no relatório de HAÏDINE DA SILVA BARROS, referente à excursão realizada em fevereiro de 1962.

municípios da mesma zona fisiográfica todos eles acusam mais de 50%. Também a cana-de-açúcar necessita de mão-de-obra assalariada, e sua lavoura contribui para manter os altos índices de assalariados. A cana ocupa ponderáveis áreas nas lavouras dos municípios de Pacoti (31,5%) e Redenção (24,6%). Tanto o café quanto a cana necessitam, na época de safra de ponderável mão-de-obra complementar que é fornecida pelo sertão.

4. *O planalto cafeeiro baiano*

Na zona de Jequié, na borda dissecada do planalto, surge uma área úmida, coberta primitivamente por uma vegetação de mata, reconhecida pela toponímia de localidades, como Brejões, Borda da Mata e São Miguel das Matas. Nesta área, a cultura de café instalou-se em pequenos e médios estabelecimentos. Distinguem-se os municípios de Brejões e Santa Inês que possuem respectivamente 58,4% e 42,1% de suas áreas de lavouras com cafêzais. Ambos possuem, respectivamente 60,1% e 66,2% de assalariados. Esta cultura destina-se a mercados regionais e acha-se em decadência na maior parte da zona.

Destacando-se do Sertão, as áreas de brejo possuem, pelas suas condições físicas, pela presença de produtos comerciais, sobretudo a cana, e pelo regime de exploração vigente, características próprias, que as distinguem do agreste, do sertão e que assemelham à zona da mata, região que em muitos casos os brejos são o prolongamento para o interior.

Outras áreas de predominância de assalariados

1. *No Maranhão*

Fazendo parte da fimbria litorânea, onde a ocupação humana inicial foi baseada na exploração de produtos valorizados, vale dizer, a cana-de-açúcar, ainda hoje neste litoral maranhense predominam assalariados, apesar da cultura canavieira não ter, senão para alguns municípios certa importância.

Salienta-se Guimarães dos demais onde os canaviais representam 17,2% da área de lavouras. Este município e Cururupu possuem duas pequenas usinas (*Enc. Bras. Mun. Vol. III*) justificando a predominância de assalariados que em Guimarães atinge 65,7% do total. Alcântara, Icatu, Penalva, Pinheiro, Turiagu, São Vicente Ferrer e São Luís, também apresentam índices elevados. Na verdade esta é uma zona sem especialização agrícola, pouco e extensivamente ocupada, onde as capoeiras atestam o caráter instável da ocupação (*Enc. Bras. Mun., vol. III*). Predominam nas lavouras de "roça" os "agregados", forma sutil de assalariado, que complementam a sua renda com a coleta de babaçu. Uma pecuária em campos inundados, usando assalariados completam o quadro geral.

2. No Piauí

Neste estado há uma mancha que ocupa tôda a porção centro-norte onde os assalariados incluem sempre mais de 50% do pessoal do setor primário. É uma vasta área de clima tropical, com vegetação de cerrado, mas uma estação seca prolongada traz problemas para a região. A carnaúba encontra condições excelentes e a sua exploração em bases extrativistas em terrenos arrendados congrega assalariados para as diversas fases até a obtenção da cêra. Também a criação de gado, atividade mais importante, é feita não mais por parceiros (sorte 4:1) devido à valorização do gado, mas por vaqueiros assalariados, aos quais se juntam os “campeiros” que trabalham sob as ordens do “vaqueiro”. As áreas agrícolas reduzem-se aos baixios, onde há facilidade de obtenção de água, e as roças são feitas por “rendeiros” que arrendam a terra e, por “moradores” e “agregados” que são reservas para os trabalhos no criatório, estando, às vêzes, sujeitos à “condição” de alguns dias de trabalho ao proprietário. (*Enc. Bras. Mun.*, Vol. III).

3. No Rio Grande do Norte

A predominância de assalariados nos municípios do litoral norte potiguar, ultrapassa os 50% e engloba os municípios de Macau, Angicos, Baixa Verde e Touros.

A oeste esta área é drenada pelo Açu, em cuja várzea estendem-se carnaubais explotados por assalariados, parceiros que complementam sua renda nos carnaubais, após a safra de suas lavouras, nos meses de setembro a dezembro, meses que antecedem o período chuvoso. Também “diaristas” dos maiores estabelecimentos trabalham no carnaubal, visando ao mesmo fim, desde que a Agricultura é realizada entre fevereiro e junho (PETRONE 1961 A).

A criação extensiva feita nas superfícies que limitam a várzea também tem por base o regime de assalariado.

Na porção oriental desta zona, formada pelos municípios de Baixa Verde e Touros, destacam-se as culturas de agave e de côco, esta no segundo, as quais congregam assalariados, cujo índice sobe respectivamente a 69,8% e 65,4% do pessoal total.

4. Na área de Batalha

A expansão da cultura da palma no sertão alagoano, sobretudo na área centralizada pela cidade de Batalha, tem provocado o aumento de assalariados. A palma tem possibilitado uma valorização das terras sertanejas e pouco a pouco, vem eliminando as culturas de subsistência dos rendeiros e dos pequenos proprietários. Há mesmo formação de grandes estabelecimentos que utilizam “moradores” para o preparo dos campos de palma e assalariados para o trato da forrageira e do gado.

Em Batalha a percentagem de assalariados atinge 50,9% do pessoal total, e tende a expandir-se, assim como nos municípios vizinhos, Major Isidoro e Palmeira dos Índios (distrito de Cacimbinhas), atualmente município. Da mesma forma, no sertão sergipano esta expansão tende a provocar uma transformação de toda estrutura agrária.

ÁREA DE MAIOR EXPRESSÃO DA PARCERIA

A exceção de poucos municípios, o índice de parceria raramente ultrapassa 40% do pessoal total ocupado nos estabelecimentos rurais, e em nenhum caso alcança os 70%.

Na maioria dos casos há até uma predominância de não remunerados, mas em algumas áreas, como no Seridó e no Baixo São Francisco a parceria reveste-se de tal importância sócio-econômica que se justifica considerarmos como limite, mínimo acima do qual ela adquire grande significação, o índice de 20%. São excepcionais aqueles enquadrados entre 40% e 70%.

Vale lembrar, também, que de acordo com o censo apenas são classificados como parceiros aqueles *não responsáveis* pelo estabelecimento, e nas áreas de maior difusão da parceria muitos são aqueles que sendo responsáveis pelos estabelecimentos, são recenseados como não remunerados. Isto faz com que os índices de parceria sejam baixos, não expressando fielmente a realidade do regime de exploração.

Esse regime, na sua forma mais comum, a meação, reveste-se de sutilezas nas relações entre o proprietário e o parceiro, sutilezas que fazem às vezes que não a meia, mas muito menos seja a parte que toca ao meeiro. Isto influi decisivamente no padrão de vida de grande parte da população rural, que se torna muito baixo.

O sertão algodoeiro

É no Sertão potiguar e paraibano, sobretudo nas regiões do Seridó e serrana do Rio Grande do Norte que a parceria encontra grande expressão. Também no sertão do Salgado e Jaguaribe no Ceará encontramos os mesmos elevados índices, resultado de um regime dominante ligado a uma cultura comercial. Estas são as áreas do algodão arbóreo, de cultura perene, que se adapta bem às condições semi-áridas daqueles sertões.

A qualidade da fibra longa movimentou intenso comércio durante a guerra de Secessão americana, e neste século o uso nas fábricas têxteis do sudeste permitiram a permanência desta exploração.

Sendo uma cultura que começa a produzir a partir do segundo ano, o parceiro tem o direito de cultivar intercaladamente produtos alimentares, sobretudo milho e feijão enquanto não vem a primeira safra. Esta cultura intercalar também se faz de parceria com o proprietário e depois

de “situado” o algodão o regime permanece, na meação ou então o parceiro recebe a “renda”, isto é, fica com a terça ou quarta parte da produção. Depois de 8 anos o algodoeiro é retirado, repetindo-se novamente tôdas as fases anteriores.

Todos os municípios das zonas do Seridó, Serrana e Oeste (à exceção de Moçoró) no Rio Grande do Norte possuem mais de 20% de parceiros, e alguns como Serra Negra do Norte, Augusto Severo, Caraúbas, Alexandria, Luís Gomes, Patu e Martins têm mais de 40%. Também nas zonas do sertão do Salgado, Jaguaribe, no sertão do Piranhas, no Seridó paraibano e nos Cariris Velhos, quase todos os municípios possuem índices superiores a 20%, e alguns ultrapassam os 40% como Várzea Alegre (41,7%) Patos (48,8%), Pombal (44,6%) e Santa Luzia (48,3%).

Mesmo alguns municípios limítrofes a esta zona pertencem a êste sertão algodoeiro possuindo índices superiores a 20%.

A área desta lavoura, simples e associada, representando respectivamente culturas já “situadas” e em formação, atinge elevada porcentagem em alguns municípios, 13,0% e 18,5% em Serra Negra do Norte, 34,2% e 8,6% em Augusto Severo, 23,2% e 19,2% em Martins, 39,2 e 0,2% em Várzea Alegre, 30,5% e 39,5% em Patos, e 64,2% e 26,4% em Santa Luzia.

As pequenas porcentagens de parceria encontradas nos demais municípios sertanejos devem-se, também, à presença dêste regime de exploração, sempre característico da cultura do algodão arbóreo ou mocó.

Zona de arroz no baixo São Francisco

No baixo São Francisco, desde Propriá — Pôrto Real do Colégio até Piaçabuçu próximo à foz estende-se uma área que se dedica ao cultivo do arroz, e que inclui os municípios ribeirinhos de Alagoas e Sergipe.

As amplas várzeas e lagoas temporárias, separadas do rio por pestanas, são utilizadas, após as cheias quando as águas começam a descer, para o plantio daquela gramínea, que desde cêrca de 1920 tem-se desenvolvido, ocupando pouco a pouco expressivas áreas entre as demais lavouras. Assim, alcançava o arroz em 1950, 55,6% da área das lavouras em Igreja Nova, 56,6% em Penedo, 33,8% em Pôrto Real do Colégio e 16,3% em Piaçabuçu onde a influência da maré é mais forte a cultura do côco tem certa expressão. Em Sergipe, alcançava 53,5% em Paripitinga, 61,8 em Neópolis e 55,4 em Propriá.

Nestes três municípios sergipanos ribeirinhos os meeiros atingem índices superiores a 50% e nos restantes, em Alagoas, os índices são inferiores a 20%, mas temos que lembrar, apenas os parceiros não responsáveis pelo estabelecimento são recenseados como tais. Outras atividades feitas nos tabuleiros, como o criatório e as lavouras de rendeiros e ainda a exploração do côco no litoral mascaram um pouco em alguns

* Corresponde aos municípios de: Acopiara, Açaré, Aurora, Baixo, Cedro, Icó, Igatu Jucás, Lavras da Mangabeira, Quixadá e Várzea Alegre.

municípios o regime de exploração. O regime fundiário é dos médios e grandes estabelecimentos, recebendo cada meeiro pequenas parcelas (até 1 ha) para cultivo.

As condições de vida dessa população são extremamente baixas, predominando na rizicultura, especialmente no plantio, o trabalho feminino. Na verdade as "meeiras" ficam obrigadas a vender a sua metade antes da safra, a um preço inferior ao do período da colheita, e na realidade, do valor total da produção, descontados os empréstimos que rendem juros altíssimos, cada meeira recebe apenas pouco mais de 10% *.

Ao contrário da zona algodoeira, não há possibilidade de culturas intercalares, e a própria forma de meação cria um dos mais baixos padrões de vida no Nordeste. Nesta região, à semelhança da zona canavieira, embora sejam bem menores as propriedades, distinguem-se nitidamente duas camadas sociais, no caso, a dos meeiros e a dos proprietários rurais, o acesso a esta por parte dos meeiros sendo praticamente impossível.

A valorização do arroz e a ocupação progressiva das várzeas tem beneficiado apenas os proprietários, permanecendo a grande maioria de meeiros nas baixas condições de vida.

*A Chapada Diamantina **

Na base da Chapada Diamantina, num trecho em que ela é profundamente dissecada pelo rio de Contas e seus afluentes, sobretudo o Brumado, há uma intensa utilização da terra para fins agrícolas baseada, em culturas de regadio, nos vales que dissecam a região. A água é um fator primordial para a agricultura nesta área de condições climáticas já semiáridas. O regime fundiário está apoiado em médios e grandes estabelecimentos, os quais se alinham perpendicularmente aos rios, e perdem-se pelas encostas e interflúvios. Como principal cultura de regadio surge o arroz, cultura comercial a qual é explorada com regime de parceria, nas formas de meação, quando o proprietário fornece a terra e a água, e de terça, quando são fornecidas ainda sementes e ferramentas. Há ainda "camaradas", diaristas, que limpam e colhem, e são provenientes das regiões onde não há regadio.

A área com arroz atinge 3% da área de lavouras em Ituaçu, 5,7% em Mucugê e 16,7% em Livramento do Brumado, e nestes municípios a porcentagem de parceiros alcança, respectivamente 25,3%, 20,7% e 20,4% do pessoal total do setor primário.

Também outras culturas são exploradas no regime de parceria, mas é a cultura de arroz a mais importante nesta área de regadio.

* Baseado no relatório preliminar apresentado pelo professor CARLOS AUGUSTO FIGUEIREDO na XVII Assembléia Geral da AGB em Penedo.

* Baseado no relatório de ALUIZIO CAPDEVILLE DUARTE, referente à excursão realizada em fevereiro de 1962.

A predominância de não remunerados deve-se àquele critério do censo na classificação da parceria, e ao fato de a área de regadio onde predomina a meação ser pouco extensa, predominando os não remunerados.

Zona da Ibiapaba

Na zona da serra da Ibiapaba as condições de umidade são melhores do que no sertão cearense, formando ela uma escarpa úmida, onde primitivamente a vegetação era de mata. A densidade de população e a divisão municipal contrastam com o sertão, e assemelham-se às do Cariri. Também o regime fundiário apresenta-se com estabelecimentos menores (variando entre 27 ha a 160 ha) que no sertão. Em função da umidade, dos solos mais espessos, da maior facilidade em obtenção de água, que aflora no pé-de-serra, assemelha-se às serras e aos brejos nordestinos.

A cana-de-açúcar, visando à produção de rapadura e aguardente, apresenta-se com áreas ponderáveis entre as lavouras, 23,1% em Inhuçu, 27,9% em Ubajara, 21,9% em Tianguá e 17,9% em Viçosa do Ceará. Também a cultura de café tem importância em alguns municípios como São Benedito. Lavouras tradicionais e fruticultura também são importantes nessa "serra" úmida, e completam a lista de produção daqueles municípios.

A parceria reveste-se de importância nesta área, atingindo 20,5% do pessoal agrícola em Inhuçu, 18,7% em Ubajara, 36,7% em Tianguá e 23,6% em Viçosa do Ceará. Contudo os assalariados predominam ligados à cultura da cana e à do café, mas o fato de haver meação na produção de rapaduras, para aqueles que não têm engenhos justifica o aparecimento de uma razoável porcentagem de parceiros. Também em Uruburetama (VALVERDE, 1952) a parceria deve-se à meação na produção de rapadura. Os estabelecimentos produtores de café são também explorados por meeiros.

Outras áreas de parceria

No Piauí a agricultura tem maior vulto nos vales, enquanto a pecuária predomina nos amplos chapadões. Culturas alimentares e a cana, visando à produção de rapadura e aguardente entram na produção dos estabelecimentos situados nos vales, onde a maior facilidade e obtenção de água favorece a agricultura.

Salientam-se os municípios de José de Freitas, Luzilândia e Altos com índices superiores a 40%. Segundo a *Enc. Bras. Mun.*, vol. III a agricultura é feita por "agregados" que dão a "quarta" pela produção; também na lavoura canavieira é comum a meação para aqueles que não possuem engenhos para moer.

A "sorte", isto é, o regime predominante na criação, onde, de quatro bezerros nascidos um é do vaqueiro, praticamente desapareceu,

devido à valorização do gado. Apenas nas áreas mais remotas, de difícil acesso aos transportes ou onde a palma ainda não foi introduzida predomina aquêle regime tradicional.

Outros municípios, isolados ou formando pequenas manchas existem, mas não foi possível apurar a que se deve nêles a existência da parceria.

De qualquer forma, áreas típicas de parceria, o sertão algodoeiro, o Baixo São Francisco, a base da Chapada Diamantina e a Ibiapaba distinguem do conjunto, com áreas onde a predominância ou importância da parceria é digna de nota.

PREDOMINÂNCIA DE EXPLOTAÇÃO DIRETA E DE NÃO REMUNERADOS

A presença de não remunerados, pequenos proprietários e rendeiros, que exploram diretamente o estabelecimento, é encontrada sobretudo no vasto interior, onde as condições físicas não permitiram a introdução das culturas tropicais valorizadas as quais gerariam um regime de assalariados.

A exceção das serras e brejos, onde a atividade predominante é a agricultura, em boa parte comercial, predomina largamente no interior a pecuária como atividade principal. Apenas no Maranhão, na sua zona oeste, a agricultura tem o caráter de atividade fundamental mas, via de regra, quase sempre, esta atividade destina-se a complementar o criatório, visando a servir o restólho de alimento para o gado no período sêco. Boa parte dos não remunerados, os rendeiros, estão sujeitos a esta condição de cultivar rapidamente culturas de curto ciclo para deixar a "palhada" para o gado. Na verdade o arrendamento destina-se ao sustento do gado no verão.

Também pequenos proprietários que conseguiram se estabelecer fazem suas lavouras, nas partes mais favoráveis, nos baixios ou nos "pés de serra", lavouras quase sempre de subsistência, contando porém com um produto comercial.

Este regime predominante de não remunerados está ligado, ainda, a um tipo de malha fundiária estreita, não que haja pequena propriedade jurídica, mas pequenos estabelecimentos arrendados, cuja finalidade última é servir ao criatório do grande proprietário. No oeste maranhense e em algumas áreas especializadas em produtos de especulação comercial, o pequeno estabelecimento está ligado ou à "posse" pioneira da terra em pequenas parcelas ou a pequenas propriedades no sentido jurídico.

Devido às características próprias algumas regiões merecem realce, pois, em resultado de diversos fatores, apesar de caracteres comuns no regime de exploração, possuem aspectos diferentes nos outros elementos da estrutura agrária.

Zona de arroz no Maranhão

Ao contrário das outras regiões nordestinas o povoamento da zona oeste do Maranhão, drenada pelos rios Mearim, Grajaú e Pindaré é recente, datando do fim do primeiro quartel do século XX, e continua a realizar-se, acupando o solo e destruindo a floresta numa rapidez característica das frentes pioneiras de povoamento. A partir da Segunda Guerra Mundial a expansão fez-se em escala maior, baseado num produto comercial que se tornou valorizado devido ao crescimento do consumo no próprio Nordeste e também no Sudeste do país. É a cultura de arroz de sequeiro que justifica este povoamento, que ao contrário de outras frentes pioneiras se processa desordenadamente.

É o próprio Nordeste, Ceará e Piauí (VALVERDE, 1957) que fornece os contingentes de população para esta área florestal, situada próximo à Amazônia, e que apesar de úmida não tinha sido atingida por nenhum produto valorizado, muito menos pelo gado.

Observando-se os dados de regime fundiário dos municípios da área arrozeira verifica-se que possuem de área média de estabelecimento índices baixos, 3,1 ha em Bacabal, 4,1 ha em Pedreiras, 13,0 ha em Ipixuna, 2,2, ha em Pindaré-Mirim, 13,2 ha em Monção, 16,5 ha em Cajapió, enfim, umas malhas estreitas, resultado quase sempre de “posse” em terras devolutas do estado. Os dados concernentes à categoria jurídica das terras explotadas indicam que nos municípios citados, são “terras ocupadas”, respectivamente, 96,3%, 98,6%, 56,3%, 99,9%, 77,5% e 66,2%, indicando como, na verdade, não há mesmo conceito jurídico de propriedade da terra. Esta ocupação de glebas incultas traz problemas sérios para a região, pois os esforços das populações que desbravam a floresta são quase sempre minados pelos “grileiros”, que pouco a pouco reúnem grandes áreas que passam a explorar sob condições de arrendamento (VALVERDE, 1957) ou então expulsam os posseiros para mais adiante.

O arroz é a principal cultura, predominando aquêle de qualidade inferior, e que atinge a maior parte da área de lavouras. Em Bacabal costuma-se associá-lo com algodão arbóreo, as duas culturas sendo quase exclusivas no município, pois ocupam respectivamente, 77,7% e 82,4% da área total dos estabelecimentos (e, respectivamente, 93,6% e 99,3% da área total de lavouras). Índices altos são encontrados também em Pedreiras, 92,3% da área de lavouras, associado também com algodão (60,7% da área de lavouras), em Ipixuna 93,9% com arroz e 77,5% com algodão na área total de lavouras, 94,7% com arroz associado com algodão em Pindaré-Mirim.

Estas culturas são explotadas diretamente pela família “possuidora” de estabelecimento. Domina, pois, basicamente, a exploração direta familiar, que alcança índices elevados, 85,1% do pessoal dos estabelecimentos rurais em Bacabal, 90,3% em Pedreiras e 81,7% em Ipixuna.

Na verdade a grande mancha de exploração pelos responsáveis pelo estabelecimento encontrada na região drenada pelos rios Mearim, Grajaú Pindaré corresponde a uma área de pequenas unidades explotadas pelo próprio possessor e sua família e dedicada precipuamente ao cultivo do arroz.

Esta área de arroz do Maranhão apresenta-se diferente do resto do Nordeste, com características de ocupação e uso da terra que não encontra paralelo na região. Trata-se de uma área valorizada e explotada em função de uma cultura comercial que, introduzida numa área demograficamente vazia, tem gerado uma estrutura agrária própria.

O agreste

O agreste é uma zona de transição entre o litoral oriental úmido e o interior semi-árido. Na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas forma uma faixa contínua no sentido norte-sul.

Esta região foi povoada posteriormente à guerra contra os holandeses e foi o interesse dos senhores de engenho em criar gado próximo ao litoral e numa região menos úmida e melhor para os rebanhos que motivou o seu povoamento (ANDRADE, M. C. 1961). Quanto aos brejos, desde cedo ocupados com a agricultura, sua evolução seria diferente, com um regime de exploração também diferente. Esta fase essencialmente pecuarista no agreste pernambucano durou até fins do século XVIII, quando a cultura do algodão passou a ganhar vulto devido à crise por que passava a lavoura da cana no litoral. A cultura algodoeira, sempre associada à do milho provavelmente também na Paraíba, utilizou terras de caatinga, onde antes se soltava o gado, mas iria permitir, nos meses do verão, o aproveitamento do restolho pelo gado. (ANDRADE, M. C. 1961). Na segunda metade do século XIX, o surto algodoeiro devido à grande procura nos mercados europeus iria modificar em parte a estrutura agrária das regiões do criatório do agreste.

Os grandes estabelecimentos do agreste seriam divididos e cercados, como também surgiria uma nova classe rural, a dos renteiros, que cultivariam algodão e gêneros alimentícios consorciados (milho, feijão e fava). A obrigação de deixar a "palha" para o gado no fim da safra, como também a de só se cultivarem plantas de curto ciclo, fazem parte das condições do arrendamento, ou melhor, justificam este regime, salientando que o interesse primordial do proprietário é o gado.

A rigor, predomina no agreste a grande propriedade, dividida e arrendada em diversas parcelas cercadas com avelós, explotadas por uma classe média rural cujos membros, "de ano para ano devem estar preparados para entregar a terra ao proprietário" (BERNARDES, 1958); pois um produto qualquer pode ser introduzido e a terra do renteiro pode tornar-se valorizada demais para ser arrendada.

A área média dos estabelecimentos é baixa, 5,9 ha em Esperança, 15,7 em Campina Grande, na Paraíba, 8,4 em Bezerros, 6,6 em Bom

Jardim, 14,1 em Caruaru, 8,4 em Agrestina, enfim inferior a 40 ha em todo o agreste pernambucano, à exceção de Pesqueira. Os não remunerados, rendeiros e alguns pequenos proprietários perfazem a maior parte da população rural dêste agreste semi-úmido e semi-árido, com índices superiores a 75% nos municípios de Glória do Goitá, Jurema, Lajedo, Limoeiro, São Bento do Uno, Surubim, Taguaritinga do Norte e Vertentes, e superior a 50% nos outros à exceção de Canhotinho e Pesqueira, onde outras lavouras de cana e tomate têm importante papel na vida agrária. Também Vitória de Santo Antão, nos limites fisiográficos entre a mata e o agreste apresenta-se também com aquela paisagem agrestina, de pequenos estabelecimentos explotados por rendeiros e pequenos proprietários (área média dos estabelecimentos de 9,6 ha e 71,6% de não remunerados). Esta classe de rendeiros e alguns pequenos proprietários forma uma densa população que produz a maior parte dos gêneros alimentícios dos dois estados e é uma população economicamente instável, na dependência de ver-se sem a terra no ano seguinte, na dependência das condições severas de um inverno irregular sujeito à sêcas, e que explota verdadeiros minifúndios com um sistema agrícola predominantemente primitivo. Destas dependências e sobretudo em função da área explotada, há necessidade de uma complementação da renda, complementação que gera migrações sazonais para a safra da cana-de-açúcar na mata. Na verdade eles engrossam o número dos "corumbas" já referidos anteriormente.

Em Alagoas, o agreste até fins do século passado demográfica e culturalmente era sertão, e após o fechamento dos campos, gerado pelo aumento demográfico, surgiu uma classe também de rendeiros, que à semelhança dos de Pernambuco têm o mesmo tipo de atividade. Palmeira dos Índios, possui área média de estabelecimentos de 19,8 ha, e da sua população rural 42% é formada por não remunerados. A predominância de assalariados está ligada à introdução da palma na parte mais sertaneja do município, no território do atual município de Cacimbinhas.

Ao sul de Palmeiras dos Índios aparece Arapiraca onde a cultura do fumo, financiada por exportadores baianos, mantém uma malha fundiária estreita, de 10 ha de área média. A classe dos pequenos proprietários é dominante. Empregando eventualmente assalariados, cuidam intensivamente dos fumais. A presença de condições físicas favoráveis, ampla chã arenosa, clima mais ou menos regular, e de um mercado externo crescente gerou, em anos recentes, uma expansão da fumicultura, a qual aumenta o número de pequenos estabelecimentos e de pequenos proprietários, os quais em 1950 perfaziam 65,5% do pessoal total. A área de fumo em 1950 equivalia a 12,3% das áreas de lavouras e tendia a expandir-se de modo absoluto e relativo.

Em Sergipe, há uma pequena área conhecida como agreste que é centralizada por Itabaiana. As lavouras alimentícias tradicionais e a horticultura ocupam grande extensão dêste município, sendo mesmo possível cultivar-se na estação seca devido à presença de pequenos brejos,

não de altitude, mas no sentido vulgar do termo. Domina a pequena propriedade explotada por pequenos proprietários, dando ao município características de agreste apesar de não haver o gado nessa área agrícola. A área média dos estabelecimentos é baixa, 5,2 ha, explotados pelos proprietários que perfazem 74,8% do pessoal total.

Também em Lagarto, formou-se uma zona fumageira, devida a condições análogas às de Arapiraca (ampla chã arenosa, clima regular e mercado certo, neste caso o sertão cearense e o Meio-Norte). Contudo, apesar da significação desta cultura para Lagarto, pois, 22,4% da área de lavouras era de fumo, em 1950, não tem havido expansão da fumi-cultura devido à procura relativamente estabilizada. A área média dos estabelecimentos é de 13,3 ha, predominando largamente os não remunerados, proprietários, que perfazem 72,6% do pessoal total.

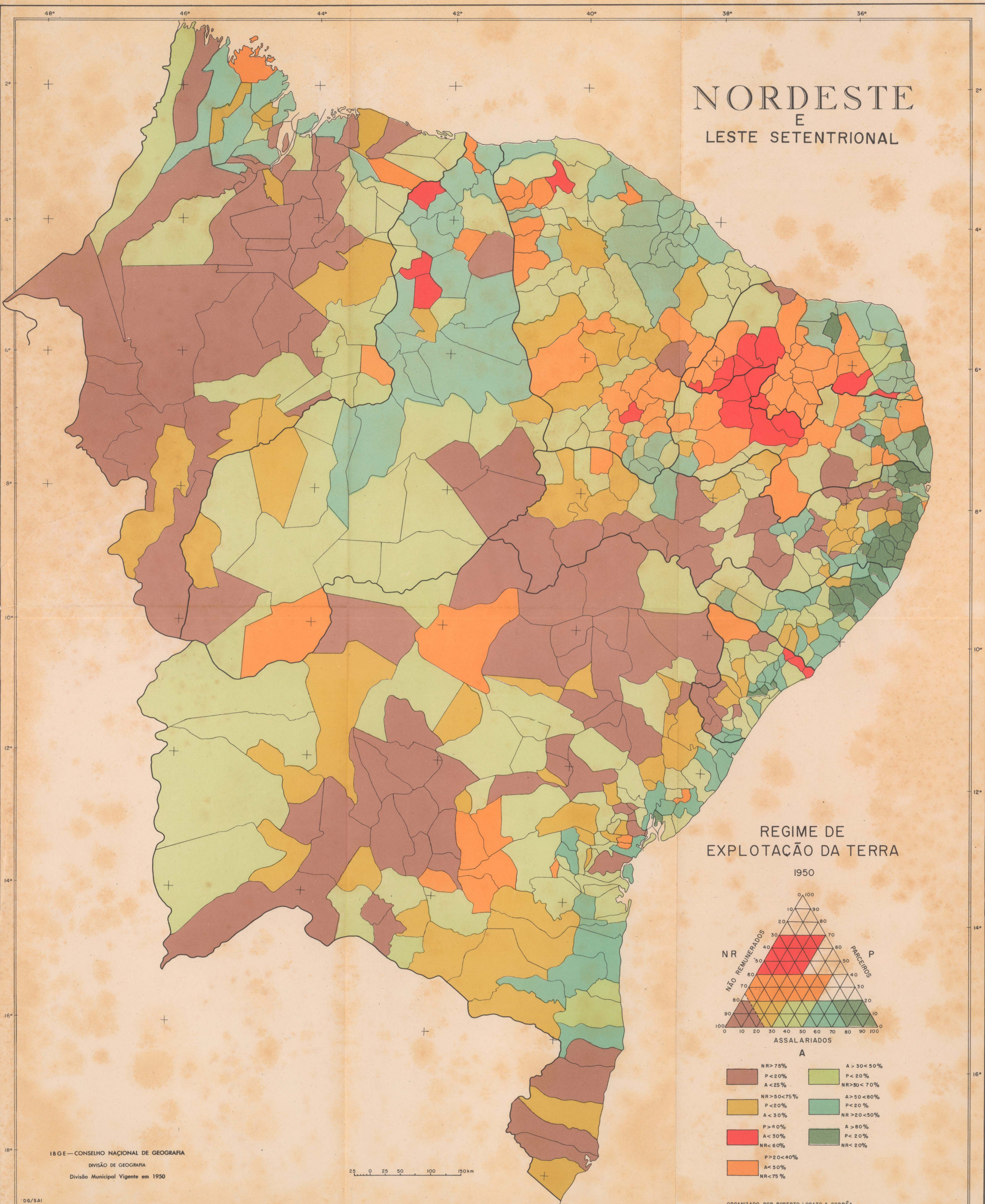
Sem fazer parte do agreste tradicional, mas apresentando-se como este, com um clima menos úmido que o litoral e mais úmido que o sertão, encontra-se na parte oeste do Recôncavo a famosa zona fumageira da Bahia, dotada de solos favoráveis à cultura de fumo que, à semelhança das anteriores, gerou uma estrutura agrária característica. Nos municípios de Cruz das Almas, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Muritiba, São Félix, Santo Antônio de Jesus e São Filipe a lavoura fumageira atinge ponderável porcentagem da área de lavouras, respectivamente 25,4%, 16,9%, 25,5%, 36,7%, 16,6%, 21,3% e 18,8% da área de lavouras. Esta lavoura é antiga, cultivada inicialmente como escambo para a obtenção de escravos, e depois em função de uma indústria de charutos, e também para exportação. Ela possibilitou a formação de uma classe média rural, à semelhança das demais áreas fumageiras do país, porém, ao contrário de Arapiraca, de Lagarto e do Sul o arrendamento tem importância fundamental, arrendando-se parcelas de grandes estabelecimentos de criatório, (DOMINGUES e KELLER, 1958). O número de pequenos proprietários é bem menor, proporcionalmente àquele de Arapiraca.

Os índices baixos de área média de estabelecimentos (sempre inferior a 40 ha e chegando mesmo a menos de 10 ha em São Félix e São Filipe) mostram como é densa a população rural destes municípios fumicultores. A porcentagem de não remunerados atinge elevados índices, sempre superiores a 50%, e mesmo superiores a 75% em Conceição da Feira, Muritiba e São Félix. Assalariados para determinadas tarefas nos fumais completam o quadro geral do regime de exploração.

O sertão

O uso da terra no sertão está ainda essencialmente ligado à atividade que serviu de base para o seu povoamento. Sem dúvida, é aí que o gado se apresenta com maior significação para as populações.

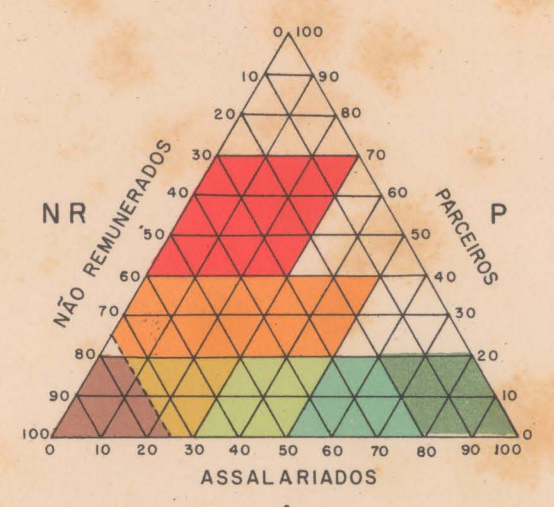
A agricultura, quase sempre visando a suprir as necessidades da rala população sertaneja encontra ambiente propício nas partes mais



NORDESTE E LESTE SETENTRIONAL

REGIME DE EXPLOTAÇÃO DA TERRA

1950



NR > 75%	A > 30 < 50%
P < 20%	P < 20%
A < 25%	NR > 30 < 70%
NR > 50 < 75%	A > 50 < 80%
P < 20%	P < 20%
A < 30%	NR > 20 < 50%
P > 40%	A > 80%
A < 30%	P < 20%
NR < 60%	NR < 20%
P > 20 < 40%	
A < 50%	
NR < 75%	

úmidas, nos brejos já citados, nos baixios, onde a água podia ser obtida com facilidade e nos pés de serras onde o solo se torna mais profundo.

A água torna-se elemento primordial e em função dela há leis e instituições que regulamentam o seu uso e distribuição. Técnicas empíricas e modernas têm sido utilizadas permitindo o aproveitamento de áreas para a agricultura. O *habitat* se adapta a esta necessidade e é comum encontrarmos os estabelecimentos alinhados ao longo dos rios e riachos e a subirem pelas encostas, sem haver sequer a preocupação com os limites do estabelecimento na caatinga, domínio ainda da pecuária a "sôlta". É grande a concentração das populações ao longo dos rios e riachos, contrastando com o vazio demográfico dos amplos interflúvios. Também na feriféria das serras cristalinas e chapeadas sedimentares observa-se a mesma concentração elevada que está ligada as maiores facilidades de obtenção da água. A agricultura, nestes domínios, reveste-se como atividade fundamental, contrastando com as amplas superfícies aplainadas quase vazias, ocupadas com o criatório. Apenas em alguns pontos surgem no amplo pediplano culturas que se adaptam às condições naturais, agave e mamoma sobretudo.

A pecuária concentra a atenção dos proprietários dos grandes latifúndios e o gado é o elemento vital para a economia do sertão. Ao contrário do agreste não se costuma deixar a "palha" para o gado. Formas de adequações estão sendo recentemente empregadas, vale dizer, introdução da palma forrageira sobretudo.

Enquanto na grande propriedade pecuarista a mão-de-obra é formada por assalariados, o que provocou o desaparecimento do vaqueiro que recebia a "sorte" devido à valorização do gado, nos pequenos estabelecimentos agrícolas ribeirinhos, ou de pés de serra, predomina largamente o pequeno proprietário que com sua família explora parcelas mínimas, aproveitando rapidamente a pequena e incerta estação chuvosa para plantar e colhêr. É a lavoura tradicional de milho, feijão e algodão consorciados que predomina. Apesar do valor total da produção agrícola destes estabelecimentos ser menor que aqueles dos estabelecimentos pecuaristas, nêles a densidade populacional é maior.

São destes estabelecimentos que saem grandes lavas de população que se destinam ao Sudeste, pois, a exigüidade dos mesmos, os sistemas primitivos, adotados, as incertezas climáticas forçam estas populações às migrações.

Estas características são encontradas pouco modificadas nos vales dos rios Jaguaribe, no vale do Ribeira do Pombal na Bahia, e ao longo do rio São Francisco, nos trechos onde foi possível obter-se água para irrigação como em Cabrobó, Petrolina, Jatinã, onde as culturas de arroz e da cebola foram introduzidas, e são explotadas por não-remunerados, que, nesta região ribeirinha, perfazem sempre 75% da população primária total.

Na Chapada Diamantina encontramos também uma larga área onde os pequenos estabelecimentos têm predominância, 6,8 hectares em

Brotas de Macaúbas, 7,3 em Ibitiara, 11,3 em Piatã, 13,0 em Oliveira dos Brejinhos, 10,3 em Rio de Contas, enfim, predominando basicamente, os estabelecimentos de menos de 50 hectares. Sendo uma região muito dissecada, há o aproveitamento dos riachos para "regar" pequenas parcelas de cana e arroz, enquanto as encostas são cultivadas com culturas tradicionais. Estes estabelecimentos são explorados pelo proprietário e sua família, havendo certa porcentagem de parceiros, que, nas áreas onde há facilidade para o regadio, tem maior expressão. Os índices elevados de não-remunerados, sempre superiores a 50%, e mesmo a 75% em Brotas de Macaúbas, Ibitiara, Oliveira dos Brejinhos, Piatã, Rio de Contas, Santo Inácio e Seabra indicam bem a importância deste regime predominante, possível devido às melhores facilidades de obtenção de água, que contrastam com o sertão tradicional (no sentido topográfico, demográfico e cultural).

A presença de uma bacia calcária possibilita também o aparecimento de pequenas áreas de lavoura onde a água se torna fácil de ser obtida, como em Irecê*, onde a área média do estabelecimento é de 39,3 ha, havendo uma predominância de não-remunerados, proprietários que perfazem 68,5 do pessoal total.

Assinala a frequência de certa porcentagem de assalariados que se deve à expansão de culturas comerciais adaptadas às condições naturais do Sertão. A mamona e a agave, introduzidas recentemente, têm modificado o regime de exploração, fazendo com que a porcentagem de assalariados aumente, sem contudo predominar. Também a introdução da palma forrageira leva ao regime de assalariamento, pois devido ao seu custo elevado por unidade de área e à necessidade de amplas áreas, diminui a área de lavouras e proporciona percentualmente um acréscimo dos assalariados.

Porém, como já afirmamos anteriormente, no sertão predominam largamente os não-remunerados que se adensam nas partes mais favoráveis à obtenção da água, e que dão à paisagem uma característica de contraste, entre estas partes muito divididas e a superfície plana vazia.

CONCLUSÕES

Tôdas estas áreas nordestinas onde predominam os assalariados, os parceiros ou os não-remunerados apresentam graves problemas sociais, gerados pela estrutura agrária, vale dizer, pela não participação na produção e pelas obrigações impostas ao assalariado, pela dificuldade em obterem-se áreas para o plantio de culturas alimentares, pela maior procura que oferta de trabalho pela exigüidade da área de cultivo, pelas condições irregulares do clima, pela recente expansão da pecuária em detrimento dos produtos básicos de subsistência, pelo sistema empírico adotado e pela falta de capitais e de organização comercial adequada.

* Segundo o relatório de ALUIZIO CAPDEVILLE DUARTE, resultado da excursão realizada em fevereiro de 1962.

Destas circunstâncias resulta, na apreciação sobre o regime de exploração, de vários fatos ligados às relações jurídico-sociais, ou sejam: o baixo padrão de vida dessas populações, que, mesmo na zona da mata, no agreste e no Recôncavo, onde mais se adensam, são incapazes de constituir um forte mercado de consumo. Dêsse baixo padrão de vida, que se acha expresso em todos os aspectos que um grupo humano pode apresentar, resulta uma migração que se processa em quase todo o Nordeste, internamente, para o agreste, sobretudo para Caruaru (LAVARÉDA, 1960) do agreste e da mata para Recife (LACERDA DE MELO, 1961), para as capitais estaduais, para a frente pioneira maranhense, e mesmo migrações sazonais para a safra da cana e do cacau. Também para o Sudeste há migrações que deslocam grandes contingentes em busca de melhores condições de vida.

Também dêsse baixo padrão resulta uma constante e crescente insatisfação social, que toma formas agressivas paradoxalmente, na zona mais úmida e fértil, onde organizações de classe de trabalhadores rurais começam a aparecer.

Também destas circunstâncias geradas pela estrutura agrária, particularmente pelo regime de exploração, que afeta toda uma vasta região cuja economia se apóia nas atividades agrárias, resulta o subdesenvolvimento crônico que caracteriza toda a região, apesar de haver culturas valorizadas, de formas de adequação às condições naturais, de uma área de povoamento recente e em expansão.

Estas características no regime de exploração apresentaram-se basicamente as mesmas durante a década 50-60. As observações acima alinhadas são, em suas linhas gerais, válidas atualmente, agravando-se porém em determinadas áreas onde a retirada de lavouras de subsistência pela expansão da palma e da pecuária provoca concentração fundiária e uma mudança de categoria, para o assalariamento, ao mesmo tempo que expulsa o excedente de mão-de-obra agrícola para as cidades do litoral ou para o Sudeste. Também o crescimento natural, apesar das migrações, apresenta-se com taxas cada vez mais elevadas fazendo com que os problemas se agravem, o meio rural se torne cada vez menos capaz de atender as novas necessidades e a estrutura agrária menos compatível com as necessidades crescentes. O regime de exploração quase sempre contribui com parcela ponderável para a existência de diversos problemas rurais que afetam toda a região nordestina.

BIBLIOGRAFIA

- 1957 — ANDRADE, Manuel Correia de — *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental II* — “O Rio Mamanguape”. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife 1957.
- 1959 — ANDRADE, Manuel Correia de — “Caracterização da sub-região da “mata seca” em Pernambuco” — *Anais da A G B*, vol. II, tomo I — Julho de 1958 — Santa Maria — São Paulo 1959.

- 1959 — ANDRADE, Manuel Correia de — *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental* IV — “Os Rios Cururipe, Jiquiá e São Miguel” — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959.
- 1961 — ANDRADE, Manuel Correia de — *A Pecuária no Agreste Pernambucano* — Tese para a cátedra de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Pernambuco.
- 1958 — BERNARDES, Nilo — “Observações sobre a paisagem agrária no município de Areias” — *Anais da A G B*, vol. VI, tomo II 1951-52 — Campina Grande — São Paulo 1954.
- 1960 — COSTA, Iara Marinho da — “O Fenômeno do “Granjismo” e os Loteamentos em Campinas” — *Boletim* n.º 9 de Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife, 1960.
- 1949 — DIÉGUES, Manuel — *O Bangüê nas Alagoas* — Instituto do Açúcar e do Alcool — Rio de Janeiro 1949.
- 1961 — FREITAS, Norma Ramos de — “As estruturas agrárias pretéritas e causas de sua modificação no recôncavo açucareiro da Bahia” — *Boletim Baiano de Geografia*, ano II, n.ºs 5 e 6. — Salvador, 1961.
- 1956 — GEORGE, Pierre — *La Campagne* — P.U.F. Paris 1956.
- 1958 — KELLER, Elza S. e DOMINGUES, Alfredo J. P. — *Bahia* — Guia de Excursão n.º 6 — XVIII Congresso Internacional de Geografia — CNG. Rio de Janeiro 1958.
- 1958 — LACERDA DE MELO, Mário — *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba* — Guia de Excursão n.º 7 — XVIII Congresso Internacional de Geografia — CNG. Rio de Janeiro 1958.
- 1958B — LACERDA DE MELO, Mário — “Aspectos do *habitat* rural no Nordeste do Brasil”. *Anais da XII Assembléia-Geral da AGB* realizada em Colatina — Julho de 1957, vol. X, tomo I — 1955-57 — São Paulo 1958.
- 1960 — LACERDA DE MELO e ANDRADE, Manuel Correia — “Um Brejo em Pernambuco. A Região de Camocim de São Félix” — *Boletim Carioca de Geografia*, ano XIII, n.ºs 3 e 4. Rio de Janeiro, 1960.
- 1961 — LACERDA DE MELO, Mário — *As Migrações para o Recife* — I “Estudo Geográfico” — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1961.
- 1960 — LAVARÉDA, José H. — “Migrações Internas do Nordeste — Caruaru — um de seus Centros Detentores” — *Boletim* n.º 9 — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife 1960.
- 1957 — OSÓRIO, Gilberto Andrade de — *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental* — III — “O Rio Ceará-Mirim” — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife 1957.
- 1959 — OSÓRIO, Gilberto Andrade — *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental* — “O Rio Paraíba do Norte” — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife 1957.

- 1959 — OSÓRIO, Gilberto Andrade — *Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental* — I — “O Rio Paraíba do Norte” — Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- 1961 — PETRONE, Pasquale — *Aspectos da Geografia Agrária da Zona Rural de Garanhuns* — “Anais da Assembléia Geral da AGB” Garanhuns — Julho 1955, vol. IX, tomo II — 1954-1955 — São Paulo.
- 1961A — PETRONE, Pasquale — *A várzea do Açu* — Coleção Moçoroense, vol. X — Moçoró 1961.
- 1954 — SIMÕES, Ruth M. A. — “Comentário do Mapa da Produção de Côco-da-Baía, no Estado da Bahia” — *Boletim Geográfico* n.º 123 — CNG. Rio de Janeiro 1954.
- 1952 — VALVERDE, Orlando — “O Sertão e as Serras — O Centro-Norte do Ceará”. Estudo geográfico para localizar uma missão rural — *Boletim Carioca de Geografia*, ano V, n.ºs 3 e 4 — Rio de Janeiro.
- 1953 — VALVERDE, Orlando — “Relatório Técnico da Excursão ao Rio Grande do Norte” — *Boletim Carioca de Geografia*, ano 6 n.ºs 3 e 4. Rio de Janeiro, 1953.
- 1955 — VALVERDE, Orlando — “O Uso da Terra no Leste da Paraíba” — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVII, n.º 1. CNG. Rio de Janeiro 1955.
- 1957 — VALVERDE, Orlando — A Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio-Norte — *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIX, n.º 4.
- 1960 — VALVERDE, Orlando — “O Noroeste da Mata Pernambucana — A Região de Timbaúba” — *Boletim Carioca de Geografia*, ano XIII, n.ºs 1 e 2. Rio de Janeiro, 1960.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Vols. III, IV, XVII, XVIII, XX, XXI — Rio de Janeiro 1957.

SUMMARY

System of Land Development in the Northeast

An Attempt at Cartographic Expression

On the basis of statistical data, the author has prepared a map of the Northeast showing the system of land development employed in the different regions. This map is tinted with patches corresponding to a preponderance of the elements of the land development system, as adopted by the Census authorities, which specify a division into wage-earners, sharecroppers and unsalaried workers. The author goes on to analyse these patches, pointing out that wage-earners are to be found mainly along the seaboard, in the sugarcane, coconut and cacao producing zones, and in stockraising activities; in the humid valleys and mountains of the northeast, in Cariri region of Ceará and at other points inland. Sharecropping is common practice in the cotton-growing zone known as the Seridó, on the rice paddies along the lower course of the São Francisco river and in other areas. The class of unsalaried workers, which comprises smallholders and tenant farmers, is concentrated chiefly in the recently settled rice-growing region to the west of Maranhão, in the transitional fringe lying between the humid seaboard and the semi-arid interior and known as the Agreste, and finally in the Sertão or backlands.

The author winds up by stressing the importance of the system of land development in relation to the low standard of living in the northeastern region, which tends to promote seasonal migrations, internal migration, and migrations from the Northeast to the Southeast of the country.

RÉSUMÉ

Régime D'exploitation de la Terre dans le Nord-Est

Une tentative d'expression cartographique

L'auteur a tracé, en se basant sur des données statistiques, une carte du Nord-Est où apparaît le régime d'exploitation des différentes régions. Il y a sur cette carte des taches

qui correspondent à une prédominance d'un des éléments du régime d'exploitation, ces éléments en accord avec ceux adoptés pour le recensement: salariés, amodiataires et non rémunérés. L'auteur commence par l'analyse des taches relatives aux salariés: sur le littoral, dans les zones de cannes à sucre, cocotiers, cacao et d'élevage; dans les vallées humides et les montagnes du Nord-Est, dans la région du Cariri du Ceara et dans d'autres endroits de l'intérieur. On rencontre les amodiataires dans la zone du coton connue comme Serido, dans la zone productrice de riz du bas São Francisco et ailleurs; Les non-rémunérés (petits propriétaires et rentiers), se trouvent le plus souvent dans la région récemment peuplée de l'ouest du Maranhão, productrice de riz, dans la zone de transition entre le littoral humide et l'intérieur semi-aride, connue comme agreste, et finalement, dans la brousse.

L'auteur conclut en signalant l'importance du régime d'exploitation pour le bas standard de vie dans la région du Nord-Est qui a pour résultat les migrations saisonnières, migrations internes et migrations du nord pour le sud-est du pays.